

Encontros de um *empleado*: a violência bárbara e a coerção civilizadora em José Encarnación de Zás (Uruguai, 1817-1851)

Juan Andrés Camou Viacava*

Por volta de 1851, José Encarnación de Zás concluiu seus *Apuntes Curiosos para mis Hijos*, texto em que narra alguns acontecimentos que acreditava interessantes, ocorridos desde suas memórias de infância até seus últimos anos de serviços prestados ao Estado uruguaio. Nascido em 30 de maio de 1797, José Encarnación de Zás foi batizado em *Las Piedras*, pouco ao norte de Montevideú, no atual departamento de Canelones, *Republica Oriental del Uruguay*. Era ainda criança quando os ingleses desembarcaram pelo porto do *Buceo* em uma das duas tentativas de controlar o estuário do Prata. Desde então, parece não ter se esquivado dos desdobramentos políticos e militares que resultaram na independência do Uruguai em 1828. Viveu as intensas disputas que se seguiram entre *blancos* e *colorados*, assim como o prolongamento da rivalidade entre federalistas e unitários¹. Dentre os muitos com quem cruzou, esteve com Artigas, Lavalleja, Rivera e Oribe.

* Aluno do Programa de Pós-graduação em História (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr^o. Carlos Alberto Lima.

¹ Em 10 de agosto de 1836, um decreto declara obrigatória a Divisa *Blanca* dos “Defensores de las Leyes” aos chefes, oficiais, soldados, polícia, guardas nacionais e funcionários públicos. Naquele mesmo ano, na batalha de “Carpintería”, os fiéis a Fructuoso Rivera usaram primeiramente uma divisa celeste, mais tarde passando ao uso da cor vermelha que identificará, então, os *colorados*. Federalistas e unitários são partidos formados na Argentina. Simplificando, podemos identificar os

Nos *Apuntes* existe um intervalo considerável de tempo entre os eventos narrados e a escrita do texto. A interpretação de 1851 tende a prevalecer frente ao vivido nas décadas anteriores. Nas suas memórias, Zás analisa condutas passadas segundo valores construídos através de uma trajetória de vida narrada e revista. Esta fonte nos permite discutir alguns dos elementos que ele dispunha na avaliação hierárquica dos demais e de si mesmo, atendendo, principalmente, àqueles relacionados ao emprego de instrumentos e ações coercitivas.

A palavra coerção pode sugerir diversas formas de repressão física e psicológica, sendo encontrada em configurações de poder exercido contra outrem em termos de controle e dominação. Mas seu significado está mais próximo da noção de compelir alguém a executar determinada ação; em contrapartida, a palavra repressão carrega a imagem de não permitir o desenvolvimento de uma ação. Esses dois conceitos caminham juntos em análises que procuram entender campos de negociação em que os indivíduos estabelecem termos para suas inter-relações. Todavia, estas análises mais se preocupam por trocas cujo interesse de uma das partes não pode ser satisfeito pela outra a não ser pela repressão ou coerção. Em algumas situações, estas duas palavras são utilizadas como sinônimas de violência física². Neste caso, a obtenção e o controle do adquirido são realizados através da ameaça ou da efetivação da dor que se espalha pelo corpo da vítima, ou ainda pelo encarceramento deste mesmo corpo em determinado lugar ou em determinada tarefa, seja em prisão ou trabalho compulsório.

Mas a coerção nem sempre é física. Certas crenças fazem com que o indivíduo desenvolva um julgamento ao mesmo tempo coercitivo e repressor de si mesmo e dos outros.

Federalistas por sua defesa de uma maior autonomia provincial, em contraste à centralização administrativa dos Unitários.

²Ver, por exemplo, SALVATORE, Ricardo D. "Repertoires of coercion and market culture in nineteenth-century Buenos Aires province". In *International Review of Social History*, Cambridge University Press, 2000, Vol. 45, part 3, pp. 409-448.

De acordo com seus valores, o indivíduo cria um repertório de palavras e movimentos adequados para cada ocasião e pessoa com quem tem que se comunicar. Assim sendo, observando o outro, o indivíduo se reconhece, classifica, hierarquiza e se define. Ao invés de entender que o indivíduo tem relações, mais do que isso, ele pode ser encontrado na própria relação, pois a definição de “quem sou eu e quem é a outra pessoa”, revestida por uma névoa de verdade, é exteriorizada justamente nesse momento de mútua avaliação de gestos e palavras.³ Cada indivíduo se torna uma espécie de policial da boa conduta, o que não o exclui como provável alvo da observação dos demais.

Métodos coercitivos são comumente expressados em estratégias de dominação entre dois indivíduos ou grupos. A posição de um indivíduo ou grupo que detém condições para exercer preponderância sobre outros na defesa de seus interesses expressa a idéia de dominação. Entretanto, a dominação pode dar a falsa impressão de supremo livre-arbítrio para uma das partes, escondendo uma relação entre poder e resistência, ou ainda uma relação de forças relativas, na qual podemos encontrar uma incessante negociação e ajuste de condições.⁴ Para Ricardo Salvatore, a formação de uma “cultura de mercado”, caracterizada por negociações entre empregador e empregado, estabelece uma série de condições que limitam o exercício da violência⁵. Em casos em que a diferenciação social não é tão óbvia, como no interior de uma mesma classe social, o ajuste de poderes é igualmente observável. Dois membros da elite, enquanto se cumprimentam e trocam palavras de polidez, estão avaliando

³ DUMONT, Louis. *La civilización india y nosotros*. Madrid : Alianza Editorial, 1989. p. 29.

⁴ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa : Edições 70, 1980. A força de um indivíduo somente pode ser medida comparativamente em relação à força do seu opositor.

⁵ SALVATORE, Ricardo D., op. cit., A escassa mão-de-obra associada ao predomínio do trabalho assalariado, assim como a grande mobilidade espacial e o precário alcance territorial do controle estatal, entre outras razões, tornam possível ao trabalhador o estabelecimento de algumas condições para seu emprego. Sua abordagem também valoriza as inter-relações como “produtoras” de uma sociedade.

um ao outro no correto controle de gestos e palavras. A falta e o erro comprometem o *status* dos envolvidos, hierarquizados não somente por suas posições econômicas e sociais ou pelo poder físico que dispõem na coerção dos demais, mas também pelo domínio que detêm do próprio corpo.

Fisicamente, as opções coercitivas são muitas⁶. Porém, o controle do “espírito”, nas palavras de José Pedro Barrán, costuma ser mais efetivo⁷. Em um texto marcado pela abundância de fontes e extensa pesquisa, este autor descreveu a transição entre dois momentos distintos de coerção social, separados simbolicamente pelo ano de 1860. Nesta data, o caso uruguaio já apontava para o predomínio da incursão dos ideais civilizados⁸ de coerção e autocorção nos indivíduos, resultando também na crescente condenação de determinadas formas de violência, decididamente das não aplicadas pela ação “racional” do Estado, mas por poderes privados⁹. Barrán constrói seu texto enfatizando a dominação de classe que pressiona os extratos inferiores da sociedade uruguaia para um disciplinamento mental e corporal, que poderíamos colocar como hegemonicamente burguês. A pressão econômica de uma classe contra a outra, além da coerção empregada por intermédio do Estado, com suas leis, polícia e exército, são alguns dos instrumentos utilizados nesse disciplinamento da população. Este tipo de abordagem ressalta as relações de classe no movimento de crescente desuso da violência física, identificada pelos contemporâneos como bárbara. Ao contrário de R. Salvatore, esse enfoque

⁶ Id. Para coerção física, Ricardo Salvatore emprega o termo “repertoires of coercion” para ordenar as complexas formas do seu emprego.

⁷ BARRÁN, J. P. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay. Tomo 1: La cultura “bárbara” (1800-1860)*. Montevideu : Banda Oriental, s/d.

⁸ Neste texto, as palavras civilização, barbárie e seus derivados são poupadas das aspas, seguindo o sentido que tinham para o século XIX platino. Elas carregam o sentido de projeto, e não processo, civilizador das elites platinas.

⁹ Além da legitimação do monopólio da violência pelo Estado, o seu emprego tende a se tornar menos “espetacular”. As execuções públicas por enforcamento, assim como a degola dos inimigos vencidos nas batalhas civis, foram lentamente substituídas por fuzilamentos.

amortece a contribuição e o poder de negociação dos estratos subalternos na construção de valores que repudiam certos tipos de violência. Barrán reconhece que a grande reedição de leis que limitam a barbárie torna-se necessária justamente porque seu cumprimento é limitado. Entretanto, as relações de classe não são o único lugar em que a oposição entre civilização e barbárie é encontrada. Uma vez que a civilização é parte da auto-imagem de certos indivíduos, eles a colocam em todas e quaisquer situações em que se relacionam com outras pessoas. As situações em que a civilização é contraposta à barbárie vão muito além das de trabalho, em cujo objetivo residiria a necessidade de disciplinar a mão-de-obra, adequando-a a um regime burguês mais “racionalizado” de trabalho industrial (com as ressalvas que o termo industrial pode ter para o Uruguai do século XIX). A civilização aparece também no estilo da fala, na exploração ou não exploração do recurso da violência em todos os momentos em que ela seria possível. Assim, não é apenas a dominação de classe que pressiona o bárbaro a civilizar-se, pois entre pessoas de uma mesma classe encontramos também esta expressão de coerção social.

Os ideais de civilização são mais fortes quando interiorizados. A repressão exterior, bater no filho, por exemplo, diminui gradualmente na mesma medida em que a repressão interior é passível de absorção, ou seja, tão logo a vítima acredite em determinados valores. Não é um desenvolvimento por etapas, como se a repressão exterior ocorresse antes e a interior depois. O controle dos atos violentos não é somente dado pelas relações de poder mais óbvias, como a de pai para filho e esposa ou a de estancieiro para peões e escravos, mas entre todas as relações humanas que são, enfim, de poder e resistência. No contato com qualquer indivíduo, mesmo entre os da mesma classe, a

¹⁰ Barrán comenta a distância de significado que a palavra “partido” tem no contexto oriental daquele período. Eram grupamentos ou bandos políticos tingidos pelo personalismo e pouco diferenciados socialmente, sem programas definidos ou organização próxima aos partidos atuais. BARRÁN, J. P. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco - 1839-1875*. Montevideu : Ediciones de la Banda Oriental, 1979. p. 6.

civilização e seu poder coercitivo aparecem moldando os possíveis atos a serem praticados, que variam de acordo com as partes envolvidas e situação em que se encontram. A civilização é interiorizada por observação das atitudes dos demais, não necessariamente em declarada repressão, mas no entendimento do próprio indivíduo da importância de determinadas atitudes características que todos deveriam obedecer e que são indispensáveis para uma auto-imagem. A observação dos demais e o sentimento de ser observado são acompanhados de permanente avaliação de *status* dos outros e de si próprio. Este julgamento de valores é tão ou mais importante do que o perigo de infringir uma lei escrita ou de sofrer uma pena corporal (em alguns casos, infringir a lei é até um estímulo).

Mas os valores civilizadores não estão uniformemente distribuídos em todo o território da Banda Oriental, pois a *campaña* não segue o nível de autocontrole que se desenvolve na capital, Montevideu. Por outro lado, organizada a civilização menos como um processo do que como projeto, constituindo, assim, uma arma de discurso político, estes valores podem ou não ser encontrados em alguém de acordo com quem é o enunciador. Na conjuntura platina da primeira metade do século XIX, o território do atual Uruguai está envolvido em uma série de disputas regionais de poder, marcado por guerras entre “Estados competidores” *blancos* e *colorados*, sendo que suas instituições estiveram subordinadas às estratégias daqueles partidos políticos¹⁰. Após a independência de 1828, grupamentos rivais passaram a lutar em armas, mas também em palavras, na medida em que buscavam reorganizar aquela sociedade. Os agentes desses partidos formavam uma rede de alianças, mediando trocas e ligações, servindo mesmo como agências de coleta de impostos e burocracia informal. Então, ambos os partidos tornaram-se órgãos governamentais, forçados a negociar um com o outro na participação política e na exploração dos recursos. Deste sistema de rivalidades, e apesar do seu tamanho territorial limitado, resultaram ligações inter-regionais fracas, assim como se tornaram tênues as

comunicações entre Montevideu e a *campaña*.¹¹

Negociando com esses grupos, cada ator envolvido por aquele contexto buscou legitimar ou denegrir algumas estratégias e caminhos possíveis. Pregando a civilização, alguns indivíduos elaboraram um julgamento sobre quais seriam as formas corretas ou não de construção do Estado, resultando em visões alternativas do uso da violência e tributação. Esta oposição entre campo bárbaro e cidade civilizada não foi criada por um indivíduo, mas transmite uma imagem que se encontraria difundida pelo território platino. Com habilidade, Domingo Faustino Sarmiento filtrou alguns fragmentos desse pensamento coletivo que, redigidos através de uma interpretação individual, resultaram na obra *Facundo, Civilización y Barbárie*¹². A oposição civilização-barbárie não é exclusivamente sarmientiana, mas corresponde a uma auto-imagem ocidental, ainda que revestida por sentidos diversos, dependendo do momento e lugar em que é reformulada. Sarmiento dá voz a um sentido local e adaptado, mas em muito ainda unido a um conceito “genérico” de civilização, cuja origem é européia¹³. Por este motivo, enfatizamos não a invenção, mas a circulação de idéias.

Ressalte-se, entretanto, que a palavra civilização não obteve total consenso quanto ao seu significado. Assim como Rosas disputou aos unitários a autoridade de afirmar qual partido seria o verdadeiro selvagem, Bernardo Berro e Manuel

¹¹ ROCK, D.; LÓEZ-ALVEZ, F. “State-building and political systems in nineteenth-century Argentina and Uruguay”. In *Past & Present*, 2000, n.º. 167, pp. 176-202.

¹² SARMIENTO, D. F. *Facundo, civilización y barbárie*. Buenos Aires : COLIHUE, 1990. Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), durante exílio no Chile, começou a publicar “Facundo” em 2 de maio de 1845 como folheto do jornal “El Progreso” de Santiago. Tema e título inspirados pela entrada da “barbárie” de Juan Facundo Quiroga na província de San Juan em 1827.

¹³ ELIAS, N. *O processo civilizador. Vol 1. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1994.

Herrera y Obes¹⁴, Alberdi¹⁵ e Sarmiento, entre outros, lutaram pelo poder de decidir quem e como seria o homem civilizado. Porém, podemos dizer que estes concordavam em afirmar que a civilização era a Europa do século XIX (industrial, comercial, branca, com grandes centros urbanos, educada nos “bons costumes”), e a barbárie era a América pré-colombiana (selvagem e indígena). Ainda que o argumento central de diferenciação entre os povos europeus e americanos se localizasse, conforme a época, vagando entre a oposição entre cristãos e pagãos e, mais tarde, na de industrialmente e comercialmente adiantados ou atrasados, e mais além até acrescentada de elementos evolucionistas e raciais de explicação, as referências europeias, trazidas pelos conquistadores e povoadores, foram consideradas superiores aos elementos encontrados na América. Por maiores que fossem as forças que impeliam o espanhol a se adaptar ao ambiente sul-americano, os valores europeus predominaram não apenas por estarem interiorizados desde os primeiros conquistadores, mas também pelo incessante fluxo cultural entre os dois continentes que permanentemente foi capaz de revalidar tais valores de civilização.

Em meio a tais discussões, encontrava-se José Encarnación de Zás. Embora tivesse presenciado diversas batalhas, ele não se considerava um militar. Em suas palavras, entende-se por empleado¹⁶ de uma máquina administrativa relativamente precária que se organiza em

¹⁴ HERRERA Y OBES, Manuel; BERRO, Bernardo Prudencio. *El caudillismo y la revolución americana*. Montevideu : Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966.

¹⁵ ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas : Unicamp, 1994. e ALBERDI, J. B. *Proceso a Sarmiento*. Buenos Aires : Ediciones Caldén, 1967.

¹⁶ Como veremos, Zás utiliza a palavra *empleados*, referindo-se aos empregados do Estado ou dos que acompanham administrativamente as milícias mobilizadas para a guerra. A idéia de funcionário público é perigosa, pois traz uma separação entre público e privado que não condiz com a primeira metade do século XIX platino.

torno de um conjunto de milícias locais que alternadamente combate espanhóis, portugueses, brasileiros e rivais regionais. Se acuado por uma situação de improviso, pode pegar em armas, mas não é esse o tipo de função que costumava exercer, uma vez que “*esta de infanteria no es la mia*”¹⁷. E, decepcionado com os homens da guerra, reclama da falta de reconhecimento que recebe, e o faz separando nitidamente os militares dos *empleados*: “*Tal impresión desfavorable recibí, que áno ser tanta mi decisión por la causa, me hubiera pesado mi ligeresa, mas lo atribuy al motivo unico que después la experiencia me ha enseñado. Este, es, que los militares, con pocas excepciones, [no]*¹⁸ *savem apreciar los servicios delos empleados, aun en campaña, nivalorarlos por nada*”.¹⁹

Este desabafo em especial foi direcionado a Manuel Oribe, pois seu

*recivimiento fue sumamente serio, jamas lo hé podido disculpar – Dos jovenes decentes que ardiendo en patriotismo abandonavan su empleo, familia y comodidades, por ser útiles á la causa de su Patria, así, pero tan á los principios de un grito sin eco, y de una empresa, hasta entonces muy aventurada; merecian de cierto, que cada un de aquellos caudillos se mostrasen tan obscequiosos, como correspondia á ganar proselitos. Tanto mas, cuanto que Oribe era sabedor de anteriores servicios prestados por mi*²⁰.

Neste trecho, ao invés de militares, Zás os chama de caudilhos. Caudilho é uma palavra não apenas descritiva de um tipo social, mas traz um juízo de valor. Do ponto de vista

¹⁷ Para todos os trechos citados da fonte, manteve-se a grafia segundo a edição da Revista del Museo de Montevideo. ZÁS, J. E. “Memória autobiográfica de José Encarnación de Zás”. In *Revista Histórica, publicación del Museo Historico Nacional*, Montevideú, A. Monteverde & Cia, 1951. p. 128.

¹⁸ Esta palavra incluída pode dar a impressão de uma inversão de sentido. Porém, atendendo ao contexto e à seqüência das frases, acreditamos que ela corrige um erro do autor ou, talvez, uma falha na transcrição do documento. O final “nivalorarlos por nada” (nem valorizá-los por nada) denuncia uma incoerência de sentido provocada pela ausência da palavra “no”.

¹⁹ ZÁS, J. E., op. cit., p. 141.

²⁰ Ibid., p. 140.

de Zás e dos *doctores* da ‘Defesa de Montevideú’ mobilizada contra os *blancos* durante o sítio a esta cidade na ‘Guerra Grande’ (1843-1851), a palavra caudilho carrega um estigma: um valor negativo sobre um tipo de pessoa, um tipo de política, uma forma de arregimentar seguidores, assim como uma forma de organização da sociedade e do Estado. A palavra caudilho é saturada de barbárie.

Ao final daquela guerra que dominou o Uruguai por quase uma década, emergiu a ‘política da fusão’, um movimento que tentou, por dez anos, apaziguar as rivalidades partidárias, mas que acabou ressaltando uma outra divisão. Até então condutores de governo e das campanhas militares, os caudilhos foram tomados por responsáveis de todas as ruínas do Estado. Tal discurso foi erguido por um grupo de Montevideú que reunia tanto *blancos* como *colorados*. Entre outros, Francisco Solano Antuña (padrinho de casamento de Zás), Juan F. Giró, Bernardo P. Berro, José María Muñoz e Manuel Herrera y Obes, foram alguns dos que pretendiam estabelecer um núcleo dirigente urbano, capaz de governar em detrimento do que consideravam uma tirania bárbara do campo²¹. E é neste momento de ‘fusão’ que, classificado de caudilho, Oribe recebe de Zás não apenas uma avaliação severa em relação ao seu comportamento “sério”, mas uma significativa diminuição da sua capacidade de governar, seja governar um exército ou um Estado. Neste sentido, Zás “*veía que la animosidad que existía arraigada en ambos [Rivera e Oribe] con tan hondas raíces fuese capaz de posponerse por la Patria y conservación del orden público*”²². Assim, vemos como o *empleado* observava a interferência das rivalidades e personalidades caudilhescas nos assuntos de Estado.

Contudo, para além dos caudilhos que disputavam a presidência da república, Zás sentirá na própria pele o barbarismo da *campaña*. O poder privado ainda rivalizava com a precária dominação burocrática. Por volta de 1817, desde a Aduana de Colônia do Sacramento e apoiando a resistência de Artigas contra os portugueses, Zás partiu para cobrar

²¹ BARRÁN, J. P. (1979) p.51.

alguns impostos pelo departamento de Colônia e Soriano, no qual “*infestava con su divición de 300 hombres el mulato Encarnación*”²³. Zás já fora avisado pelo seu superior, o Administrador da Aduana, que seu “*tocayo Encarnacion se decia dueño de vidas y haciendas, y creia queme opondría obstaculos para aquelfin, quien savia de cuanto era capaz, ese mulato asesino*”²⁴. Zás não encontrou grandes obstáculos nas primeiras vilas que visitou, mas logo “*uno que era sobrino de d Joaquin Fuentes Secretario del referido Encarnacion, le mando un aviso de que se estavan usurpando sus derechos por mi pues me nombró, según despues lo supe, A esto contestó enviando tres partidas de cinco hombres cada una mandada por un cabo delos mas asesinos para que me tomasen vivo ó muerto y le diesen cuenta*”.²⁵

Zás fora avisado do perigo que corria e, assim que possível, retornou à Colônia. Nesta cidade, dois meses depois, o *mulato* Encarnación entregou ao Administrador e ao Comandante Lavalleja um “*Oficio que dió á leer, pues el no savia*”, em reclamação à suposta usurpação dos seus direitos de cobrança²⁶. Ao ver negada sua reivindicação, Encarnación “*dió una carcajada levantandose en seguida manifesto, a sumodo las medidas que le havian crusado entre las que apuntó, recaudacion que yo havia hecho, & y despues pegando una patada en el suelo y unpuñetaso enla mesa que desvarató cuanto haviaen élla dijo: pues bien hágalo yo [Zás] y que lo desagael Diablo*”.²⁷

Por “*a sumodo*” podemos entender um conjunto de atitudes e defeitos atribuídos por Zás àquele “mulato asesino”. O murro na mesa e o modo de falar são lembrados para distanciar os dois homens, uma distância já bem assentada no aviso de Zás sobre o analfabetismo do caudilho. Mas suas diferenças vão além da etiqueta que separaria o civilizado

²² ZÁS, J. E., op. cit., p. 162.

²³ Ibid., p. 126.

²⁴ Ibid., p. 127.

²⁵ Grifo da Revista. Ibid., p. 128.

²⁶ Id.

²⁷ Id.

urbano da brutalidade rural. A palavra caudilho não é apenas colocada na direção do “bruto do campo”, mas indica toda uma forma de organização política. Na mesma medida em que legitima o seu emprego e missão de arrecadar impostos, desqualifica as funções neste sentido exercidas por Encarnación. Porém, os gestos agressivos e a violência das palavras do caudilho sublinham os valores civilizados pertencentes ao Zás que escreve em 1851²⁸. A falta de autocontrole, a brutalidade das suas maneiras e a violência do que reclama, um direito privado que de alguma forma é uma usurpação de um direito do Estado, fazem parte da descrição que diminui o *status* do caudilho. A marcação oral dos encontros entre indivíduos aparece na escolha do que e como pode ou não ser dito em determinadas situações e com determinadas pessoas²⁹. As gargalhadas, assim como os gestos burlescos ou violentos, típicos de um momento bárbaro, eram impróprias para os homens respeitáveis, civilizados e aptos a desempenhar a correta gestão do Estado, ainda que isto possa ser ampliado à administração de praticamente todas as instituições, incluindo a família³⁰.

A Aduana, por intermédio de seu Administrador e Lavalleja, disputa diretamente o recolhimento dos impostos daquela região com Encarnación. No enfrentamento daquela mobilização contra os portugueses (ou luso-brasileiros), existe também uma disputa interna por poder. A mobilização *oriental* para a guerra, na qual se encontrava Zás, era incapaz de

²⁸ Entende-se que o hiato entre o evento (1817) e a sua descrição (1851) constrói um distanciamento, e o passado é utilizado para construir uma imagem que pertence ao “presente” do narrador.

²⁹ Em outro exemplo, no Cabildo pós-independência, foi estabelecida uma norma que proibia seus integrantes de gritar e levantarem-se da cadeira: “(...) estando los Capitulares en esta Sala en sus asientos, cuando se ofreciere votar o dar cada uno su parecer lo hagan sin alterar voces ni levantarse de sus asientos, pena de diez pesos a cada cual que lo contrario hiciese por cada vez”. Apud MILÁN J. G. “Letra “oscura” contra habla “transparente”: los valores de la palabra oral y la palabra escrita en el Montevideo colonial”. In ACHUGAR, H.; MORAÑA, M. (org). *Uruguay: imaginarios culturales*. Montevideu : Editora Trilce, 1998. p. 82.

³⁰ BARRÁN, J. P. (s/d).

levar sua administração a todos os pontos do território uruguaio sem o auxílio de lideranças regionais. Desta forma, estas duas instâncias construíram pactos em que o direito de cobrar impostos era delegado, vendido ou arrendado pela instituição central a poderes locais. Ao que tudo indica, a missão de Zás fazia parte de um esforço da Aduana de retomar esses direitos para si. Deste modo, divergências práticas, como o método de recolher impostos, desdobram-se, aos olhos do Zás de 1851, em classificações mais amplas de indivíduos. Cada uma dessas forças tem seus próprios mecanismos de acumulação de poder, e Encarnación traz consigo seus homens, e, de certa forma, suas terras até Colônia, onde encontra uma outra fonte de poder, a Aduana. Dá-se, então, um confronto entre a violência declaradamente física de Encarnación e a violência “intelectual”, mais impessoal e escondida pela instituição.

Nos *Apuntes de Zás*, a associação entre caudilhos, violência e desordem continua, pois “*se habían cometido siete asesinatos en aquella Ciudad por la gente de Encarnación y así lo publicaron aquellos periódicos*”.³¹ Da mesma forma, persiste a avaliação das relações profundamente personalizadas em contraste à impessoalidade burocrática, uma vez que Encarnación “*quiso conocerme por el viaje de S. Salvador y haber visto como me le escapé teniendo presente que yo también llevaba su segundo nombre, por los recivos que le habían leído, me dijo ‘que había handado vivo, que sino, hubiera caído que por serlo me regalava un caballo’ que nunca, y que contase con su amistad*”.³² Este último trecho nos revela duas surpresas. Na primeira, apesar da tentativa de homicídio, Encarnación saiu livremente de Colônia; na segunda, a tentativa de ganhar a amizade e o favorecimento de Zás. Este não nos indica o destino do presente, se o recebeu ou não, mas o decisivo está, mais uma vez, no personalismo do caudilho sempre carregado pelo estigma da barbárie. E, como podemos observar, as diferenças de renda econômica não são as

³¹ ZÁS, J. E., op. cit., p. 129.

³² Id.

únicas que separam Encarnación e Zás. É o caudilho quem o trata de subornar. É o “inferior” quem oferece o presente de valor econômico.

Para cada encontro entre dois homens existe uma relação específica, que é uma combinação particular dos elementos socialmente relevantes de cada indivíduo. Uma vez que Encarnación pode ser ao mesmo tempo caudilho, mulato, bruto e homem do campo, enfim, uma soma de qualidades que o inclui entre os bárbaros, Zás, o branco civilizado, o classificará socialmente segundo os conceitos com que está familiarizado. Com este primeiro exemplo narrado por Zás, conseguimos alcançar alguns elementos das relações entre aqueles poderes em conflito – poder privado de Encarnación, poder “legal” do Administrador, do Comandante Lavalleja e da instituição Aduana. No ajuste destas forças, os indivíduos emergem tanto para nós como para si mesmos.

Passemos para um segundo momento da narrativa de Zás. Neste, é o protagonista quem perde o controle:

Antes demarchar el día 16 seme opuso un de los Edecanes³³ á que yo lo veriricase sin ir custodiando el archivo que conducían dos carretas (...), manifestando que aqueléra mí deber y la orden del ex Gobernador Calleros. No quise reconocerle tal facultad y fuy á saber si en efecto era sierta la orden. Enterado que no, que el edecan la havia supuesto, así selo dige mas el insistiendo con muy mal-modo y ultrajandome, dio motivo á que lo agarrase y votase alsuelo – Pedidapalabrade que todo éra acabado, lo dégé – Mas al haber obscervado, que lo havia visto alguna gente, algo descompuesto fue a su cuarto á buscar su espada y pistolas – Avisado de éllo, dige que yo no quería arma alguna, que las de él, no me imponían – Se presentó ála puerta y amenazandome de muerte, me tirava tajos y reveses, mas amparandome con una silla, despues con otra, y una tercera le parava los golpes hasta que logre enredarle la espada con los barrotes y pies de la silla y tomandolo por la cintura lo di entierra con pistola enla izquierda montada y la otra en la cintura – Entonces nos volvieron á apartar.³⁴

³³ Ajudante de Campo. Lugar-tenente que recebeu alguma delegação de poder.

³⁴ ZÁS, J. E., op. cit., p. 144.

Neste trecho, a fraqueza do autocontrole e a problemática previsão dos próprios atos são enfrentados por Zás. É difícil sustentar se Zás “acertou ou errou”, se revidar os insultos com violência foi uma decisão acertada, mas, seguramente, não foi a opção mais prudente. Essa situação vivida, e recordada, por Zás nos possibilita discutir a utilidade da noção de estratégia, questionando a idéia de que ela só possa ser considerada como racional, como se os agentes fossem capazes de prever todas as alternativas possíveis, escolhendo metodicamente as melhores opções. A incerteza do jogo de apostas vem acompanhada de riscos e dúvidas, e ela está presente nas negociações incessantes entre os atores, mesmo nos de baixa hierarquia, mas que não estão desprovidos de capacidade de ação. A medida de sucesso não está imediata ou inequivocamente relacionada a uma exploração racional e maximizada dos recursos. Dentre as opções, as mais prudentes, mesmo que resultem em menor “sucesso”, são geralmente as mais escolhidas. Não se escolhe “a melhor”, mas a que a experiência indica como mais coerente ou segura³⁵. Os laços não seguem uma lógica de necessidade pura, mas dependem das disposições humanas para avaliar e prever³⁶. É o senso prático que orienta “a percepção da situação e a resposta adequada”.³⁷

Nesse aspecto, a justificativa do revide aos ultrajes sofridos emerge do entendimento de que, no caso descrito por Zás, a violência não seria tão bárbara. Efetua-se um cálculo de *status* entre a ameaça à auto-imagem e honra pessoal sentida por Zás desde as palavras do *Edecan* e o risco que existe em exercer a violência física contra este indivíduo. Contudo, é importante frisar que esta avaliação de perdas e

³⁵ MONSMA, K. “Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2000, Vol.15, nº. 43, pp. 83-113.

³⁶ ROSENAL, P. A. “Construir o “macro” pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’”. In REVEL, J. (org). *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 151-172.

³⁷ BOURDIEU, P. *Razões práticas para a teoria da ação*. Campinas : Papyrus Editora, 1996. p. 42.

ganhos foi desenvolvida muitos anos depois do ocorrido. No momento do confronto, o limite do autocontrole foi superado pela cólera e, por alguns momentos, Zás se tornou “menos civilizado”. Na seqüência da narrativa que nos expõe como Zás entendeu seu encontro com o *Edecan*, observamos como este se sentiu no dever de se defender buscando espada e pistola ao verificar que outros o haviam visto ser jogado ao chão, mas é significativo entender como esse nível de violência física foi considerado impróprio pelo narrador para a ocasião. Palavras e empurrões seriam, em certas condições, permitidos, mas o assassinato não está no mesmo nível de tolerância social e, aí sim, nosso protagonista poderia encontrar um destino menos favorável por seu momentâneo descontrole.

A avaliação resultante do primeiro encontro, com Encarnación, nos revela como a civilização pôde ser utilizada e legitimada pelo narrador: à violência do caudilho se contrapõe a coerção civilizadora. Porém, como podemos observar no exemplo do *Edecan*, a civilização não deve ser resumida a uma estratégia metodicamente elaborada, ainda que isto tenha sido feito e publicado por outros em diversas obras de propaganda política. A civilização está no autocontrole dos próprios impulsos, e a possível e relativamente freqüente falha deste mecanismo de contenção individual pode resultar em manifestações como as de Zás contra o *Edecan*. Assim sendo, a utilidade legitimadora da civilização fora esquecida para o momento em que a falha do autocontrole tornou ineficaz a sua memória, o que não significa que ela deixou de estar presente.

Manuel Oribe e o *Edecan* são avaliados segundo os padrões de Zás. O caudilhismo do primeiro e os insultos do segundo seriam incompatíveis com seu modelo de homem civilizado. Seus superiores hierárquicos naquela organização que poderíamos chamar de “intenção de Estado soberano” (contudo já apresentando diversas instâncias burocráticas organizadas) são desqualificados por argumentos diversos, dirigidos ao inadequado desempenho das suas funções

administrativas. Interagindo com seus superiores, Zás espera encontrar neles a civilização, caso contrário, perdem um dos elementos da sua legitimidade de poder. Mais do que uma dominação legal ou tradicional, Zás espera que sua posição superior se organize a partir de um capital cultural baseado na civilidade. Por outro lado, Encarnación não é seu superior imediato: ele e Zás não estão diretamente vinculados a uma mesma instituição. Ainda sim, ele é avaliado seguindo um mesmo padrão: sua função de arrecadação de impostos é atacada menos por argumentos técnicos do que pelo seu comportamento bárbaro na Aduana.

Para cada encontro discutido, Zás se defronta com indivíduos provenientes de distintas posições do espaço social, unidas estas em confronto ao inimigo externo luso-brasileiro. Assim, fica clara a superficialidade da homogeneidade hierárquica para as primeiras décadas do século XIX uruguaio, um exagero de igualdade desprovida de diferenciação social³⁸. Por outro lado, é coerente ressaltar a baixa exteriorização de alguns signos de poder daquela sociedade recém independente, pois o sotaque, maneiras e hábitos eram elementos que uniformizavam, não distinguiam. Por este motivo, Rivera e seus oficiais, segundo Damaso Antonio Larrañaga, “*en todo guardan una perfecta igualdad (...), y solo se distinguen por la grandeza de sus acciones, y por las que solamente se hacen respetar de sus subalternos. Detestan todo lujo, y todo cuanto pueda afeminarlos*”³⁹. E no olhar de um visitante inglês, “*el dueño de muchas leguas de tierras y de innumerables ganados se sienta a*

³⁸ BARRÁN, J. P. (s/d). Em geral, essa igualdade é projetada apenas para as relações entre os homens da *campana*, e não para a sociedade como um todo. Ainda sim, alguns autores costumam atribuir aos orientais daquela época um sentimento de igualdade que deve ser matizado. Isto, antes de tudo, por ser uma igualdade pensada apenas em oposição a divisões de classe e, como podemos observar, existem outras formas de hierarquização social. Os contemporâneos de Zás tinham como referência de estratificação social o antigo regime europeu. A consciência de que o “terceiro estado” pode ser dividido entre burgueses e proletários apenas ganha força para o Uruguai das últimas décadas do século XIX, principalmente com a chegada dos imigrantes e dos ideais socialistas.

³⁹ LARRAÑAGA, D. A. *Diario del viaje de Montevideo a Paysandú*.

hablar con el pastor a sueldo, un pobre tipo descalzo, en su rancho lleno de humo, y ninguna diferencia de casta o de clase los separa".⁴⁰ Essa aparência externa pode aproximar alguns indivíduos reunidos em uma pequena população se seus costumes não se diferenciarem muito, mas ela esconde outras formas de hierarquização, como na ocupação de importantes cargos militares e burocráticos, assim como o acúmulo de riquezas, pois ser "*dueño de muchas tierras*" já é um distanciamento considerável de quem tem pouca ou nenhuma. O protagonista e viajante inglês da ficção de William Hudson estava acostumado a uma diferenciação externa mais óbvia segundo os moldes europeus. Porém, signos exteriores de diferenciação poderiam ser encontrados em eventos públicos, seguindo regras de cerimonial religioso ou cívico.⁴¹

Todavía, a etiqueta não era uma qualidade que todos deveriam possuir e demonstrar. E mesmo aquele que se constrangia a dominá-la, nem sempre a necessitava, assim como não era obrigatória ou tão significativa de demonstração para alguns setores. No caso dos caudilhos, a sua superioridade simbólica frente aos gaúchos poderia ser comprovada por outros caminhos. Muitos tinham uma formação intelectual, mas seu método de dominação e mobilização da *campaña* seguia por outros caminhos: o caudilho seria o "melhor gaúcho". Segundo Manuel Herrera y Obes, em 1847, Rivera era o "*mejor jinete de la República (...) el mejor baqueano (...) el de más sangre fría en la pelea, (...) el más generoso y el mejor patriota*"⁴². Com os gaúchos, eles se portavam exteriormente como gaúchos; com as elites, muitos conseguiam agir como elite, ou seja, as boas maneiras são reservadas a determinados interlocutores⁴³. Assim, Rivera

Montevideu : Ministerio de transporte y obras publicas, Instituto Nacional del Libro, 1994. p. 64.

⁴⁰ HUDSON, W.A. *La tierra purpurea*. Montevideu : Banda Oriental, 1992. p. 191.

⁴¹ IRIGOYEN, E. "La ciudad como escenario. Poder y representación hasta 1830". In ACHUGAR, H. e MORAÑA, M. (org)., op. cit.

⁴² HERRERA Y OBES, Manuel; BERRO, Bernardo Prudencio., op. cit., p. 38.

⁴³ Ainda que por fontes dúbias, Sarmiento conta como Facundo Quiroga propositadamente rejeitava o uso de roupas e modos urbanos com o

também conseguia ser “*de buen personal, carirredondo y de bastante desembarazo y urbanidad (...)*”⁴⁴. Os “contrabandistas de culturas”, no exemplo de Artigas⁴⁵, eram os capazes de construir gestos e discursos diferentes, de acordo com o público que os ouvia⁴⁶. Alguns, mas não o *tocayo* Encarnación, podiam circular entre a oralidade da *campana* e a escrita urbana intelectual ou burocratizada⁴⁷.

O mundo das letras, suporte legitimador dos *doctores* da ‘política da fusão’, não encontrava grande respaldo durante o predomínio da comunicação oral que, apenas progressivamente, cederá espaço à escrita (tendência de fortalecimento do arquivo em detrimento da memória). Tanto a oralidade como a escrita eram fontes da verdade, ambas construía formas de autoridade implícitas. Para os gaúchos, o sentido comum e a prudência poderia ser mais valorizados, enquanto o conhecimento das leis e das ordenanças escritas recebia menor estima. O sistema legal procurava adaptar-se às condições de instrução daquela região, tão pouco povoada de juristas e de alfabetizados. Em muitos casos, as letras seriam até mesmo consideradas nocivas para o sossego das populações e harmonia dos vizinhos. Em “clima adverso aos advogados” e aos letrados, Milan descreve ocasiões em que o rigorismo legal provocava intervenções que retiravam a “transparência” dos processos de litígio. Transparência que seria a natural entre as pessoas honradas. Em Real Cédula de 1794, proíbe-se a intervenção de advogados nos procedimentos de eleição do Consulado de Buenos Aires, devendo-se respeitar as decisões do *Juzgado de Mercaderes*.

objetivo de afrontar homens civilizados. SARMIENTO, D. F., op. cit. p. 110.

⁴⁴ LARRAÑAGA, D. A., op. cit., p. 84.

⁴⁵ Artigas “conoce mucho el corazón humano, principalmente el de nuestros paisanos, y así no hay quien le iguale en el arte de manejarlos”. *Ibid.*, p. 78.

⁴⁶ DE TORRES, M. I. “Discursos fundacionales: nación y ciudadanía”. In ACHUGAR, H.; MORAÑA, M. (org), op. cit., p. 133.

⁴⁷ MILÁN J. G. “Letra “oscura” contra habla “transparente”: los valores de la palabra oral y la palabra escrita en el Montevideo colonial”. In ACHUGAR, H.; MORAÑA, M. (org), op. cit.

A honra, a boa fé e o “bom entendimento humano” são as fontes de verdade da oralidade, e a escrita, de alguma forma, conspiraria contra ela. É neste universo, entre a oralidade gaúcha e a escrita *doctoral*, que circularam habilmente alguns caudilhos.

Mas a posição dos *doctores* é de confronto a essas formas de legitimação e acumulação de poder. Nas críticas que se apresentam desenvolve-se uma estigmatização da figura caudilhesca, homogeneizada em torno de uma série de pré-conceitos a eles atribuídos pelos *doctores*. Incapazes estes de mobilizar forças semelhantes àquelas dos caudilhos organizaram a ‘política da fusão’, na tentativa de os excluir do controle do Estado. Desta forma, sustentavam suas ambições na legitimidade intelectual e em um Estado reformado e adaptado a um estilo de dominação que os favorecesse. Analisando as palavras de Zás, observamos como um indivíduo que apoiava a política dos *doctores* expressou as diferenciações que acreditava socialmente relevantes entre ele e os caudilhos. Não devemos forçar em Zás uma aplicação pura e simples de uma doutrina civilizada formulada por um grupo político, antes, indicamos como a oposição entre civilização e barbárie circulava em diferentes formas e lugares, assumindo contornos próprios entre suas diversas possibilidades de manifestação.

Dentre as diferenciações que podemos ressaltar em Zás, está o controle dos gestos e das palavras em termos civilizados, ainda que possam ser rompidos conforme a ocasião. Em Encarnación, ficam ressaltadas a violência das palavras, dos pontapés e dos murros na mesa, a violência da privatização de direitos, que se consideravam do Estado, mas também a forma de coerção usada por ele, levando seus homens armados até Colônia, em franco ajuste de contas com a Aduana. Enquanto Zás sofre a ameaça dos homens de Encarnación que o caçam através do departamento de *Colonia y Soriano*, a coerção que ele pode devolver está amparada pelas instituições estabelecidas na cidade do Sacramento. Ainda que em parte ineficazes, se pensadas em efeitos imediatos, a legitimação e a coerção intelectual, que Zás

opõe a Encarnación, em 1817, estarão ainda vigentes para a conjuntura de 1851, ocasião em que se fortalecem na organização da ‘política da fusão’.

Cada lembrança de Zás tem importância, pois carrega um valor. O controle dos gestos e palavras são elementos importantes na avaliação que Zás faz de si mesmo e dos demais. Vimos como esse tipo de avaliação recai sobre determinados indivíduos que integram espaços sociais rivais. O autocontrole é algo valorizado por Zás, ainda que ele não seja infalível ou absoluto na sua própria pessoa, como demonstra o conflito com o *Edecan*. Estando a barbárie projetada nos caudilhos, rivais não apenas políticos, mas de um “estilo de vida”, contra estes existirá um incremento gradual de repúdio durante o século XIX. Após 1860, data simbólica fixada por Barrán, mas com maior ênfase para a década de 1870, os caudilhos serão atingidos pelo crescimento do Estado. O que não quer dizer que eles tenham desaparecido, pois, como Rosas⁴⁸, foram capazes de contribuir na constituição do Estado. Muitos foram capazes de se ajustar ao novo modelo burocrático, trocando o *chiripá* pelo fraque, e os *doctores* da ‘fusão’ logo descobririam que os caudilhos também saberiam desfrutar das vantagens de um Estado forte e centralizado.

⁴⁸ GARAVAGLIA, Juan Carlos. “La apoteosis del Leviathán: el estado en Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XIX”. In *Latin American Research Review*, 2003, Vol. 38. n.º.1, pp. 135-168.

Referências

- ACHUGAR, H.; MORANA, M. (org). *Uruguay: imaginarios culturales*. Montevideu : Editora Trilce, 1998.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. Campinas : Unicamp, 1994.
- _____. *Proceso a Sarmiento*. Buenos Aires : Ediciones Calden, 1967.
- BARRÁN, J. P. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco – 1839-1875*. Montevideu : Ediciones de la Banda Oriental, 1979.
- _____. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay. Tomo 1: La cultura "bárbara" (1800-1860)*. Montevideu : Banda Oriental, s/d.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas para a teoria da ação*. Campinas : Papirus Editora, 1996.
- DUMONT, Louis. *La civilización india y nosotros*. Madrid : Alianza Editorial, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Vol 1. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *Introdução à sociologia*. Lisboa : Edições 70, 1980.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. "La apoteosis del Leviathán: el estado en Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XIX". In *Latin American Research Review*, 2003, Vol. 38. n.º.1, pp. 135-168.
- HERRERA Y OBES, Manuel; BERRO, Bernardo Prudencio. *El caudillismo y la revolución americana*. Montevideu : Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1966.
- HUDSON, W.A. *La tierra purpurea*. Montevideu : Banda Oriental, 1992.
- LARRAÑAGA, D. A. *Diario del viaje de Montevideo a Paysandú*. Montevideu : Ministerio de transporte y obras publicas, Instituto Nacional del Libro, 1994.
- MONSMA, K. "Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2000, Vol.15, n.º. 43, pp. 83-113.
- ROCK, D.; LÓEZ-ALVEZ, F. "State-building and political systems in nineteenth-century Argentina and Uruguay". In *Past & Present*, 2000, n.º. 167, pp. 176-202.
- ROSENTAL, P. A. "Construir o "macro" pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'". In REVEL, J. (org). *Jogos de escalas, a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 151-172.
- SALVATORE, Ricardo D. "Repertoires of coercion and market culture in nineteenth-century Buenos Aires province". In *International Review of Social History*, Cambridge University Press, 2000, Vol. 45, part 3, pp. 409-448.
- SARMIENTO, D. F. *Facundo, civilización y barbarie*. Buenos Aires : COLIHUE, 1990.
- ZÁS, J. E. "Memória autobiográfica de José Encarnación de Zás". In *Revista Histórica, publicación del Museo Historico Nacional*, Montevideu, A. Monteverde & Cia, 1951.

Encontros de um *empleado*: a violência bárbara e a coerção civilizadora em José Encarnación de Zás (Uruguai, 1817-1851)

Juan Andrés Camou Viacava

Resumo: Com a ajuda das memórias de José Encarnación de Zás, este artigo procura analisar que elementos hierarquizadores foram utilizados por um *empleado* em suas relações com algumas personagens platinas. Do enfrentamento entre estes indivíduos, emerge a aversão da coerção civilizadora frente ao uso da violência física, uma oposição diferenciadora e classificadora que nos apresenta grupos rivais que competiam pelo poder no interior da Banda Oriental revolucionária.

Palavras-chave: Coerção, hierarquia social, funcionários do Estado

Abstract: Aided by the memories of José Encarnación de Zás, this article will study some hierarchical elements that were used by a civil servant in his relations with local personalities. The aversion between civilized coercion and physical violence emerges from the struggle of these individuals, an opposition that shows us rival groups that competed for power inside the revolutionary *Banda Oriental*.

Key words: Coercion, social hierarchy, civil servants.

Artigo recebido para análise em 04/05/2004

Artigo aprovado para publicação em 11/08/2005